

“O RIO GRANDE DO SUL E O PRATA EM 1808”

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli¹

No texto “*E D. João resolve... ficar!*” o historiador José Murilo de Carvalho fez o que ele próprio chamou de “exercício imaginário” sobre a hipótese da permanência em Portugal da família real e sua Corte, e quais as prováveis consequências disto para o processo de independência e construção do Estado nacional no Brasil². Trata-se de um artigo bem humorado, na esteira das comemorações dos duzentos anos da transferência da monarquia portuguesa para terras brasileiras; na ausência desta, o autor imaginou uma fragmentação do atual território nas seguintes unidades: Estado do Grão Pará, Estados Unidos do Equador, Reino Unido da Bahia e Guiné, Estados Unidos do Brasil e República dos Pampas. Tal república seria formada pelo Rio Grande do Sul mais a Banda Oriental do Uruguai, com a adesão mais tardia de Santa Catarina, como “*solução natural*” resultante de uma “*comunhão de interesses*”³.

O caráter provocativo – no melhor sentido da expressão – do artigo, aponta para uma de tantas de um leque de possibilidades que se abriram no processo de descolonização e de construção dos Estados nacionais na América Latina. Neste sentido, é sempre oportuna uma reflexão sobre as condições que concretamente levaram à formação dos países americanos, e os motivos que privilegiaram algumas decisões e desfavoreceram outras. Assim, é possível pensar em três eixos para abordar a complexa relação do Rio Grande do Sul com seus vizinhos do Rio da Prata na conjuntura da vinda da Corte portuguesa em 1808: 1) a situação de fronteira viva da estremadura sulina, uma condição “fundadora” que precisa ser aprofundada para que não se torne um clichê de escasso valor explicativo; 2) a organização produtiva do espaço, que estabeleceu uma disputa acirrada pela ocupação do território e uma concorrência na produção mercantil; 3) e a questão identitária, de avaliação muito complicada neste início de século XIX, quando se desfaziam os liames entre colônias e metrópoles e ainda não estavam constituídos os Estados nacionais.

Fronteiras e fronteiriços: o Rio Grande e o Prata no início do século XIX

Os problemas fronteiriços na estremadura sul da América portuguesa de certa forma representavam uma transposição daqueles havidos na Península Ibé-

¹ Membro efetivo do IHGRGS.

² CARVALHO, José Murilo. *E. D. João resolve... ficar!* *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Ano 3, nº 32, maio de 2008, p. 38-45.

³ *Id.*, p. 44.

rica. A noção de uma “fronteira” implica numa alteridade, alguém está em “frente” ou “defrente” a um outro, numa relação que não é necessariamente conflituosa. De toda sorte, é muito evidente que numa situação assim, o “enfrentamento” com o outro condiciona a um conhecimento e adaptação aos modos deste outro, de maneira que venha a perecer-se muito com este outro. Quando numa região fronteira, presumivelmente à distância dos centros de decisões, se estabelece esta realidade, necessariamente se gera uma desconfiança em relação aos homens de fronteira, agora vistos como “fronteiriços” em sua concepção mais ampla: não apenas o espaço é ambíguo, como também a conduta daqueles que o habitam.

A primeira fronteira é, rigorosamente, a beira da praia. Os primeiros fronteiriços foram justamente aqueles degradados “degradados” abandonados em terras americanas, ou sobreviventes dos muitos naufrágios, e que geraram uma geração de mestiços fundamental para o início do processo de conquista. Resultado destas expedições pioneiras na região platina, mesmo antes das tentativas de ocupação pelo homem branco, houve uma disseminação do gado bovino e cavalar que transformou radicalmente a paisagem e conseqüentemente os hábitos dos nativos: alguns destes grupos, avessos ao sedentarismo e à submissão aos conquistadores, tornaram-se eméritos cavaleiros, e por conta desta habilidade resistiram até o final do século XIX. Por outro lado, para aqueles indígenas que já desenvolviam a agricultura, a formação de uma “elite” nativa foi um caminho bem sucedido no projeto colonizador levado a cabo pelas missões jesuíticas⁴.

Uma fronteira, portanto, é sempre um espaço de aculturação, de mestiçagens, senão étnicas, pelo menos culturais. No caso do espaço platino – aqui pensamos no Rio Grande também fazendo parte dele – sempre se refere a um caráter dual desta fronteira: uma fronteira política, que remetia para os processos colonizadores dos reinos ibéricos em disputa; uma étnico-cultural, dada pelos contatos com as populações ameríndias; entretanto não creio que estabelecer esta diferença permita uma melhor compreensão daquela realidade, visto que a situação era um tanto mais complexa. Eduardo Neumann para superar este problema, propõe a noção de uma “fronteira tripartite”, onde os interesses de espanhóis e portugueses não são os mesmos dos guaranis⁵. A demanda pelo gado chimarrão que vagava pelos campos platinos foi desencadeada pela Revolução Industrial inglesa, que acirrou muito a disputa territorial entre os reinos ibéricos, e colocou frente a frente diversos atores sociais: tropas portuguesas e espanholas, guaranis missioneiros, índios hostis, além de aventureiros, que não integravam nenhuma destas parciaisidades, e eram conhecidos como “gaudérios” e outros adjetivos pitorescos.⁶

⁴ GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁵ NEUMANN, Eduardo. *Práticas Letradas Guaranis: Produção e Usos da Escrita Indígena (Séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado), 2005.

⁶ A palavra derivaria de “viver ao gáudio”, sem ocupação; daí também as palavras: “vagamundos”, “vagamundos”, ou mais simplesmente, “vagos”. Só no final do XVIII aparece o termo “gaúcho”.

Contrário senso a uma idéia disseminada de que os portugueses são mais cordatos, a documentação hispânica indica um avanço rápido, implacável e muito rapace dos luso-brasileiros em direção ao Rio da Prata. Neste sentido, foram diversas as tentativas de estabelecer uma situação de equilíbrio entre as potências ibéricas, cuja decadência em relação a outros reinos europeus implicava certamente na interferência destes nas questões coloniais americanas:

1) Tratado de Utrecht (1715): dava a posse da disputada Colônia do Sacramento para Portugal. A Colônia em mãos lusitanas representava para Espanha uma permanente preocupação, pela possibilidade dos portugueses traficarem as reses e cavalos dos campos orientais, associando-se aos inimigos charruas e minuanos, daí a importância das missões inacianas para frear estes propósitos. Assim, a fundação de Montevidéu pelos espanhóis em 1724, e de Rio Grande pelos portugueses em 1737, corresponderam a intentos mais orgânicos de ocupação dos espaços.

2) Tratado de Madri (1750): consistiu numa troca da Colônia do Sacramento – que passou às mãos da Espanha – pelas Missões Orientais – que foram entregues para Portugal. Os dois reinos em acordo ignoraram os interesses dos guaranis, que nos anos seguintes desencadearam, contra o poder unificado dos dois reinos, as Guerras Guaraníticas, que resultaram na sua desagregação. Também afastaram do teatro de lutas os casais açorianos, trazidos para ocupação das Missões, o que viria mais tarde a reforçar os latifúndios pecuários na ocupação fronteiriça.

3) Tratado do Pardo (1761): anulou as disposições anteriores, e representou o início de uma reação dos espanhóis. Em 1763 ocorreu a primeira invasão de Rio Grande e São José do Norte nos domínios portugueses (os açorianos destas povoações foram transferidos para Maldonado); em 1763 Salcedo comandou a segunda invasão, com a tomada de Santa Tecla (ficou em mãos castelhanas até 1776); em 1776, já tendo sido criado o Vice-Reinado do Rio da Prata, Ceballos avança até o Desterro.

4) Tratado de Santo Ildefonso (1777): o último realizado entre as metrópoles ibéricas, e manteve-se sem modificações até o final da Guerra Grande, em 1851, quando o Império do Brasil impôs suas condições ao Estado Oriental⁷. O avanço dos luso-brasileiros pelos Campos Neutrais e pelas Missões – culminando com a tomada deste território em 1801 – resultou no “mapa” que vigora até os dias atuais.

Pode-se dizer que de 1780 até 1810 – o incidente das Missões não provocou crises entre Espanha e Portugal – houve um período de paz relativa, o que não significou qualquer tipo de letargia por parte dos lusitanos. Em sua célebre *Memória*, Félix de Azara se mostrava muito receoso dos avanços pela fronteira,

⁷ Nascimbene, italiano contratado pelo presidente uruguaio Rivera para estudar a questão dos limites com o Império, escrevia “*pouco antes de 1850*” que este tratado ainda era vigente de acordo com o Direito Internacional. NASCIMBENE, Luigi, *Tentativa de Independência do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG / SEDAC, 2002, p. 260.

e procura desenvolver uma estratégia de ocupação dos campos fronteiriços⁸. Os problemas de natureza político-militar estavam pelo menos suspensos quando da vinda da Corte para o Brasil; no entanto, as questões econômicas que envolviam espaço fronteiriço tinham uma dinâmica própria, que escapava muitas vezes ao controle das autoridades centrais; aquelas mesmas pessoas que eram fundamentais na ocupação da fronteira cometiam ações delituosas contra os interesses dos respectivos governos.

Produção mercantil: dependência do capital e concorrência externa

No texto *La Cuestión Regional en el Proceso de Gestión del Estado Nacional Argentino*, Chiaramonte introduz o conceito de “intercâmbio não equivalente” para dar conta da organização produtiva no período tardo-colonial⁹. Em suma, tratava-se do seguinte: os comerciantes metropolitanos, estabelecidos nas antigas cidades coloniais do Vice-Reinado – do Peru primeiro, do Rio da Prata depois – mercê do monopólio que detinham, eram os únicos que conheciam a realidade do mercado interno; assim, podiam estabelecer os preços das mercadorias que adquiriam, bem como daquelas que ofereciam aos produtores necessitados de abastecimento. Como estes produtores não tinham como saber as condições de produção dos seus concorrentes, e tampouco dispunham de outros canais de financiamento – públicos ou privados – para suas respectivas produções, eram obrigados a aceitar as condições impostas pelos comerciantes.

Existia, pois, um “intercâmbio não equivalente” porque o preço pago aos produtos mercantis não correspondia ao trabalho socialmente empregado nestas atividades. A posição privilegiada do grupo comerciante monopolista era garantida pela Coroa, o que implica na permanência de um forte componente de tipo pré-capitalista nesta economia. O monopólio régio de direito tornava-se “de fato” na medida em que estes comerciantes eram os únicos a terem acesso ao mercado colonial, antecipando suas mercadorias “por alto” e fixando o preço dos produtos que adquiriam “por baixo”; além disto, muitas vezes eram estes comerciantes monopolistas que davam crédito aos produtores para implementarem benfeitorias, o que aumentava a dependência destes em relação àqueles.

Para as distintas regiões do Vice-Reinado do Rio da Prata antes do processo de independência de 1810, Chiaramonte reporta esta situação, com a submissão dos produtores mercantis locais aos comerciantes monopolistas. Desta forma, não havia bases econômicas para uma economia nacional, e sequer para economias macro-regionais, como seria o caso das intendências; ao contrário, o nexos de dependência dos produtores de uma região aos comerciantes monopolistas nucleados nas antigas cidades, criava as bases para as “regiões-províncias”,

⁸ AZARA, Félix. *Memória sobre el Estado Rural del Rio de la Plata y Otros Ensayos*. Buenos Aires: Editorial Bajel, 1943.

⁹ CHIARAMONTE, José Carlos. *Mercaderes del Litoral. Economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1991, p.33.

que seriam as unidades políticas de fato que emergiriam do processo de guerras civis pela organização nacional¹⁰. Neste sentido, talvez seja interessante pensar no Rio Grande do Sul através da categoria “região-província” para compreender com mais clareza a complexidade da sua integração ao projeto de organização nacional centralizado, na forma de um Estado imperial.

Na virada do século XVIII para o XIX o Rio Grande do Sul afirmara sua economia produtora mercantil de base pecuária, e o seu estatuto de Capitania a partir de 1807 era um reflexo disto. Passadas as correrias pelos couros abertas em 1737, a apropriação das terras para criação de gado criaram as bases produtivas da região. Já a partir de 1780, a instalação das charqueadas e a plantação de trigo dariam mais viço à economia regional. Por outro lado, trabalhos recentes têm mostrado que a visão de uma paisagem agrária dominada quase exclusivamente pelas grandes estâncias de criação é no mínimo uma simplificação. O que estes pesquisadores têm demonstrado é uma paisagem variada, onde grandes proprietários conviviam com médios e pequenos, e a presença da agricultura paralelamente à pecuária, muitas vezes em propriedades mistas (não ocorrendo em muitos casos a distinção consagrada de terras de campo criadores e terras de mato para agricultores.¹¹

Alguns dados desta realidade econômica são relevantes para o estabelecimento de um perfil da estremadura ao tempo da mudança da Corte portuguesa para o Brasil.¹² Dados de 1784 apontam para uma população total do Rio Grande de São Pedro ao redor de 40.000 pessoas; destes, 34% eram escravos, 6% pretos livres e 3% índios. Isto significa que ainda antes da virada do século a escravidão tinha presença destacada no extremo sul desmentindo as concepções de que os cativos tinham menor importância na economia pecuária. Esta população em 1814 havia crescido para aproximadamente 70.000 habitantes. É interessante observar que entre os escravos que entravam na capitania havia uma grande incidência de jovens entre os 9 e os 13 anos; isto é indicativo de uma destinação destes cativos para as atividades de pastoreio.¹³

Em relação às atividades econômicas da população rural do Rio Grande os dados de 1784 indicam que os lavradores compunham 68%, metade dos quais eram açorianos; os criadores somavam 27%, mas apenas 17% se dedicavam ape-

¹⁰ Id. p. 24 e p. 35.

¹¹ ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno. O Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002. GIL, Tiago. *Infiéis Transgressores. Elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.

¹² Dados retirados de OSÓRIO, Helen. La Capitania de Rio Grande en la Época de la Revolución Artiguista: Economía y Sociedad. In: FREGA, Ana & ISLAS, Ariadna. *Nuevas Miradas en torno al Artiguismo*. Montevideo: Facultad de Humanidades de la Universidad de la República, 2001, p.163-178.

¹³ Homens adultos tinham dificuldades em aprender a montar e desempenhar as difíceis lidas com o gado, pois muitas reses ainda eram xucras e os cavalos redomões.

nas à pecuária. Estes dados evidenciam a suposição de que não existia a tão proclamada hegemonia da grande estância de criação na paisagem rural da estremadura sulina. Quanto à apropriação das terras, constata-se que 47% das propriedades eram de primeira ocupação, o que reforça a idéia de uma fronteira agrícola ainda em expansão. Sesmarias concedidas pelos governadores das capitânicas de São Paulo e Rio de Janeiro estão documentadas para 59% das propriedades.

Helen Osório investigando inventários *post mortem* do período entre 1765 e 1825¹⁴ encontrou em 67% dos casos estâncias de mais de 100 cabeças de gado onde se praticava a agricultura paralelamente à criação, com uma média de 11 escravos por estância; nas propriedades com mais de 1000 reses a média de negros escravos subia para 22. Isto reforça a convicção de que os escravos eram empregados nas lidas campeiras, contrariando uma noção da historiografia tradicional¹⁵.

O período de relativa paz que vigorou entre 1780 e 1810 permitiu uma expansão produtiva, especialmente relacionada à cultura do trigo e à fabricação de charque. O principal mercado para o trigo era o Rio de Janeiro, e a produção se dava em grande parte nos estabelecimentos mistos de maior porte, até porque boa parte dos agricultores açorianos que haviam sido levados para Maldonado após a invasão de 1763 não retornou com a paz de 1777. Já o charque, além do Rio de Janeiro, destinava-se também às praças escravistas do nordeste, especialmente Bahia e Pernambuco; já aparecem nesta época reclamações em relação ao contrabando de charque produzido na Banda Oriental. Por outro lado, 80% dos escravos que entravam no Rio Grande de São Pedro provinham do Rio de Janeiro.

Os números de 1791 indicam para o Rio Grande um rebanho bovino de mais ou menos 750.000 cabeças, além da impressionante cifra de 180.000 cavalos¹⁶. No período de 1790 a 1810, os maiores rebanhos individuais encontrados são de 15000 reses. Nos tempos que se seguiram logo à vinda da Corte e ao desencadeamento das guerras de independência no Rio da Prata, favoreceram-se os investimentos em bens semoventes, aumentando o número de cabeças de gado nos grandes rebanhos, assim como a quantidade de escravos: de 1810 a 1815 entraram no Rio Grande de São Pedro 10000 escravos, e esta média de 2000 por ano colocava a capitania em terceiro lugar na demanda por cativos; em relação aos plantéis, encontravam-se entre 1815 e 1825 rebanhos de até 27000 reses por estância. A conjuntura de guerra favorecia esta opção por gado e escravos.

¹⁴ OSÓRIO, Helen. *O império português...* 2007, op. cit. Também OSÓRIO, Helen. *La Capitania de Rio Grande...* 2001, op. cit.

¹⁵ De acordo com esta, o escravo armado e a cavalo poderia fugir, o que comprometia seu uso como mão de obra nas estâncias. Para a segunda metade do século XIX já foi documentada a prevalência de cativos nos trabalhos permanentes da pecuária: FARINATTI, Luiz A. E. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado), 2007.

¹⁶ Esta quantidade é muito superior às necessidades para o costeio do gado bem como para tração e carga; pode-se inferir que, mesmo em tempos de paz, não se descuidava da possibilidade de conflitos na fronteira.

Na conjuntura econômica de fins do século XVIII e começo do XIX, também no Rio Grande de São Pedro configurava-se a dependência econômica dos produtores mercantis da estremadura em relação aos interesses das grandes casas comerciais do centro do país. Os comerciantes do Rio de Janeiro, em geral através de prepostos nos núcleos urbanos como Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, Rio Pardo, controlavam a compra e venda de mercadorias, além de arrematarem contratos régios e o abastecimento dos soldados que eram mandados para o sul; o monopólio na arrecadação de tributos, especialmente, garantia a posição privilegiada dos comerciantes.

Por outro lado, a relação dos grupos locais com a Coroa portuguesa seria modificada pela transferência daquela para o Brasil: a partir de 1808, os interesses expansionistas da Corte rumo à Banda Oriental encontrariam eco nas elites criadoras da fronteira rio-grandense, que desejavam ampliar suas pastagens e rebanhos; neste sentido, a guerra propiciava esta interação de interesses do Estado e dos senhores guerreiros, sobrepondo-se à lógica centralizadora do estado. Assim, a questão fiscal, que mais tarde ensejaria situações abertamente conflituosas, podia ser também um mecanismo de integração e associação de interesses.¹⁷

A questão das identidades no começo do século XIX

Quais as identidades dos agentes sociais na capitania de São Pedro, e por extensão em outras áreas do espaço platino? Havia já sentimentos nacionalistas associados a um desejo de descolonização? Ou ainda existia uma fidelidade aos reinos ibéricos que iniciavam um rápido processo de desagregação? Estas questões seriam fundamentais para o processo que se desencadeou com a irrupção do movimento de Maio de 1810, mas muitas facetas já se prenunciavam quando da mudança da Corte para o Brasil.

Antes de qualquer coisa, é preciso apontar algumas das questões que envolvem a formação de uma identidade nacional. Benedict Anderson explica a existência da nação como uma “comunidade política imaginada”, onde a noção de pertencimento a um coletivo comum – *nationness* – trata-se de uma entidade cultural construída historicamente¹⁸; neste sentido, ele retoma as ponderações de Ernest Gellner que afirma ser o nacionalismo que inventa as nações ali onde elas não existiam, e não o contrário¹⁹. Para a “invenção” da identidade nacional inexistente, no entanto, é necessário dar conta de algumas pautas daquilo que Anne-Marie Thiesse define como “*check-list* identitário”, tais como passado comum,

¹⁷ MIRANDA, Márcia Eckert. A Estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro. Campinas: UNICAMP (Tese de Doutorado), 2006., p. 38.

¹⁸ ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. London: Verso, 2003, p. 6-7.

¹⁹ GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1983, p. 4-5.

língua, costumes etc²⁰. Neste sentido, é importante a reflexão de Eric Hobsbawm quando formula a necessidade para o desenvolvimento de uma ideologia nacionalista de um “protonacionalismo”, que também seria expresso como um conjunto de elementos compartilhados – língua, costumes, religião, casas dinásticas, antepassados etc²¹.

Na América a questão nacional se fazia ainda mais complexa. Os elementos apontados para compor um “*check-list* nacional”, ou com parte de um “protonacionalismo”, apenas fariam sentido para setores das elites brancas e ilustradas. Em sua célebre Carta da Jamaica – escrita alguns anos depois da conjuntura de 1808 – Bolívar apontaria diversos pontos comuns para as distintas regiões que haviam antes conformado o império espanhol, e que poderiam a partir de então formarem uma grande e uma nação, tais como língua, religião, costumes etc²². Estas condições, no entanto, pouco diziam respeito aos dominados – pelo menos indígenas e cativos africanos – para os quais aqueles elementos identitários eram representativos da situação de opressão que viviam; os movimentos de resistência ditos “precursores” sempre foram acompanhados por retornos às línguas nativas, assim como os ritos religiosos dos antepassados.

Num espaço onde a fronteira entre duas ocupações que rivalizam, e onde a mobilidade destes “limites” estava associada a uma porosidade que permitia amplo fluxo de pessoas, animais e mercadorias, a questão de pertencimento tornava-se bastante complexa. O caso de Rafael Pinto Bandeira é lapidar: “fiel” súdito da Coroa portuguesa, com muitos serviços militares prestados – e devidamente agraciados com muitas sesmarias –, ele era o principal encarregado de reprimir o contrabando de mulas que vinham de Entre Rios, nos domínios espanhóis; efetivamente Pinto Bandeira apreendeu muitas tropas de mulas, mas para negociá-las em proveito próprio²³. Para os produtores mercantis – vale dizer, aqueles que compunham a maior parte dos homens de armas da fronteira – o nexa a uma entidade política maior, o reino português que a partir de 1808 se fazia representar no Rio de Janeiro, era dado pelos comerciantes de grosso trato, dos quais dependia a possibilidade de manutenção dos negócios.

Por outro lado a prática de contrabando com os vizinhos castelhanos poderia ser, a qualquer momento, uma válvula de escape para eventuais desagradados em relação às práticas econômicas. Mesmo que desde o Tratado de Santo Ildefonso não houvesse guerra na estremadura sulina, os senhores da fronteira conheciam seu papel protagonista nestas disputas, quando antecipavam a possibilidade de arcarem com os custos maiores nos conflitos. Assim, mesmo numa conjuntura favorável, desenvolve-se um endêmico antagonismo entre produtores e comer-

²⁰ THIESSÉ, Anne-Marie. La création des identités nationales. Paris, Éditions de Seuil, 1999, p. 14.

²¹ HOBBSAWM, Eric. Nações e Nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. ²² HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

²² BOLÍVAR, Simon. Carta da Jamaica. In: BELLOTTO, Manoel & CORREA, Ana Maria Martinez (org.). *Bolívar*. São Paulo: Ática, 1983.

²³ GIL op. cit.

cientes, que assumiria mais tarde um claro “antilusitanismo”, especialmente às vésperas da Guerra dos Farrapos²⁴.

Esta ambigüidade presente nos senhores da guerra do Rio Grande do Sul teria diversas manifestações nos anos seguintes à instalação da Corte no Rio de Janeiro, mormente após as agitações pela independência no Rio da Prata. O próprio secretário da Primeira Junta de governo, formada em Buenos Aires em 25 de maio de 1810, Mariano Moreno, recomendava em seu famoso *Plan General de Operaciones* que fossem enviados agentes para instigar a rebelião no Rio Grande contra a Coroa portuguesa, como uma maneira de afirmar mais consistentemente a autonomia conquistada²⁵. É impossível saber se existia tal possibilidade, mas foram fartamente documentadas algumas andanças de militares e comandantes rio-grandenses nas agitações dos países vizinhos, especialmente junto às hostes de José Gervásio Artigas.

O jovem Bento Gonçalves, acompanhado do irmão Antônio, e talvez fugindo às severas determinações de um pai que o queria sacerdote e não militar, já em 1810 vivia em Cerro Largo, na Banda Oriental, onde casou-se com uma uruguaia, possuía campos, exerceu cargos administrativos locais; e em 1814 se casou com D. Caetana, segundo Varela, teria acompanhado as tropas artiguistas quando da primeira invasão portuguesa em 1811. De qualquer forma é inegável sua grande ligação com Lavalleja, o futuro comandante dos *treinta y tres* que sublevariam a campanha oriental em 1825.

Já Gabriel Ribeiro de Almeida, irmão de Bento Manoel Ribeiro, chegado ao Rio Grande do Sul por volta de 1780, participou do grupo de militares que tomaram as Missões orientais em 1801. Mais tarde aderiu ao exército de Artigas, sendo preso em 1812. Seu irmão Bento Manoel por ocasião da ocupação da Cisplatina tornar-se-ia muito relacionado com Fructuoso Rivera, o caudilho uruguaio mais importante durante as décadas de 30 e 40. Estas amizades entre caudilhos dos lados opostos da fronteira, em função de interesses eventualmente comuns ou de parentescos e *compadrios* estabelecidos, superaram muitas vezes as determinações dos governos aos quais serviam como militares.

Para homens deste tipo, a identidade possível era aquela que Chiaramonte descreveu como da “região-província”, o horizonte daqueles que podem ver seus próprios interesses comprometidos ou favorecidos por um Estado que se organiza. Se a Corte transferida para terras americanas em 1808 tinha projetos que poderiam favorecer a expansão dos campos e gados destes estancieiros-militares, poderia contar com suas adesões e suas capacidades em formar tropas irregulares com seus próprios homens e recursos; mas a mesma autonomia que era chave para garantir a segurança da fronteira, podia fazer destas sentinelas avançadas

²⁴ Isto fica muito claro na “Carta aos Portugueses” de Bento Gonçalves logo após o 20 de setembro de 1835. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Coletânea de Bento Gonçalves. Porto Alegre: AHRS, (CV-8593), p. 267.

²⁵ MORENO, Mariano. *Plan Revolucionario de Operaciones*. Buenos Aires: Plus Ultra, s/d.

da estremadura portuguesa na América os maiores adversários dos projetos de Estado caso comprometesse seus interesses privados.

E depois de 1808?

Também os propósitos da Corte portuguesa eram ambíguos em relação às terras do Rio da Prata. Além de um óbvio reforço para a unidade da América colonial portuguesa, havia projetos de expansão às custas dos vizinhos, contando com tropas profissionais trazidas dos enfrentamentos na Europa; de parte do Príncipe Regente D. João, uma investida militar na Banda Oriental era um desejo que se cumpriria em 1811. Por outro lado, o processo de independência trouxe para diversas de suas lideranças a questão da legitimidade de uma emancipação não consentida com a metrópole, ausente da autoridade monárquica com a captura do rei pelas tropas napoleônicas. Assim, a Infanta D. Carlota Joaquina passou a ser uma possibilidade, pensada por próceres como Manoel Belgrano e Mariano Moreno²⁶. Projetos de expansão “joaninos” ou “carlotinos” não eram coincidentes, mas poderiam ter os mesmos resultados para os fronteiriços.

Que eram os rio-grandenses? Esta identidade foi sendo construída durante praticamente todo o século XIX, e nela a noção de pertencimento à região-província seguramente andou na frente de uma identificação com a pátria maior, especialmente um império que se apresentava muitas vezes opressor e centralista. Em 1808, no entanto, havia expansão dos negócios, a fronteira ainda estava aberta e poderia se expandir mais ainda e havia motivos para felicitar a vinda da família real para este lado do oceano. Mas pouco depois, quando se desataram os liames nas áreas coloniais de Espanha e as perigosas idéias de república e federalismo começaram a vazar pelas fronteiras, retornariam as questões identitárias; e, na fronteira, viviam fronteiriços... Em todos os sentidos!

²⁶ AZEVEDO, Francisca Lúcia Nogueira de. Carlota Joaquina na Corte do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.